



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 623107 - PA (2020/0289796-1)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : SANDRO MANOEL CUNHA MACEDO E OUTRO
ADVOGADOS : SANDRO MANOEL CUNHA MACEDO - PA021507
PAULO REINALDO SANTIAGO DO ESPIRITO SANTO -
PA028347
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : EZEQUIAS NAVEGANTES DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : DAVI NAVEGANTE FARIAS (PRESO)
CORRÉU : THIAGO DAMASCENO NAVEGANTES
CORRÉU : JOAO CARLOS DA CUNHA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EZEQUIAS NAVEGANTES DOS SANTOS e de DAVI NAVEGANTE FARIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0807005-78.2020.8.14.0000).

Os pacientes foram condenados pela prática de homicídios qualificados (art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal) em concurso material. Ao réu EZEQUIAS foi cominada a pena de 51 anos de reclusão e ao réu DAVI a pena de 54 anos de reclusão, ambos em regime inicialmente fechado.

Diante da condenação pelo Tribunal do Júri a penas superiores a 15 anos de reclusão, foi determinada a execução provisória das penas, nos termos do art. 492 do Código de Processo Penal.

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta aos pacientes, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz, ainda, que os réus alegaram inocência durante todo o processo e não faltaram a nenhum ato processual.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a segregação antecipada dos pacientes, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que baseou a fundamentação na situação concreta dos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente